



Anais da Assembléia

Nº 52

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 22 DE MAIO DE 1979.

ANO V

1.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.^a LEGISLATURA

ATA DA 49.^a SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 22 DE MAIO DE 1979

TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Tércio Albuquerque, secretariada pelos Senhores Deputados Domício Scaramella e Renato Bueno.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Adalberto Daros, Aguiinaldo Pereira Lima, Ailton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Darcy Deitos, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gilberto Carvalho, João Elisio, José Domingos, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Nilton Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezzi, Palácios, Quielse Crisóstomo, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes (41); achando-se ausentes os Senhores Deputados: Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Tadeu Lúcio Machado, Cyro Martins, Dácio Leonel, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Gabriel Manoel, Gerente Kirinus, João Mansur, José Domingos Scarpelini, Mário Celso, Paulo Camargo, Pinto Dias, Renato Bernardi e Valduga (17).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

OFÍCIOS:

Sob os n.º 97, 98, 99 e 100/79, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei números:

127/78: Do Senhor Deputado Fuad Nacli, que declara de utilidade pública a Sociedade da Congregação do Sagrado Coração do Verbo Encarnado, da Cidade de Cambará, o qual convertido em Lei tomou o número 7.132.— Agradeça-se.

52/78: Do Senhor Deputado José Lázaro Dumont, que autoriza o Poder Executivo denominar Professora Maria Cintra de Alcântara, o Grupo Escolar de Tamara, Município de Londrina, o qual convertido em Lei tomou o número 7.133.— Agradeça-se.

114/78: Do Senhor Deputado Gabriel Manoel, que denomina Benedito Lúcio Machado, a Rodovia que liga a sede do Município de Santo Antônio da Platina ao Distrito de Platina, no mesmo município, o qual convertido em Lei tomou o número 7.134.— Agradeça-se.

22/78: Do Senhor Deputado Gilberto Carvalho, que altera para Pedra Branca de Araraguara, a Denominação do Distrito de Guaruva no Município de Guaratuba, o qual convertido

em Lei tomou o número 7.135.— Agradeça-se.

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, REGIME DE URGÊNCIA para o Projeto de Lei n.º 63/79, Mensagem Governamental n.º 59/79, que objetiva a criação da Secretaria de Estado de Cultura e do Esporte, conforme estrutura que especifica.

Sala das Sessões, em 22 de maio de 1979.

(a) JOÃO MANSUR.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido hoje, na cidade de Joaquim Távora, da Senhora JOAQUINA PINHEIRO DE LARA, viúva do Senhor Benedito Alves de Lara, pioneiro na região.

A extinta deixa os seguintes filhos: Senhora Neusa de Lara Demeu, casada com o Senhor Eugênio Demeu; Jair de Lara Manoel, casada com o Deputado Estadual Gabriel Manoel; Nair de Lara Manoel, casada com o Senhor Miled Manoel; atual Prefeito Municipal de Joaquim Távora, Lourdes de Lara Climeck, casada com o Senhor Wilson Climeck; Eleolína de Lara Kaled, casada com o Senhor Roque de Kaled; Alice de Lara Néia, viúva; Loza Alves de Lara, casada com o Senhor Virgílio de Lara; Alzira de Lara Castanheira, falecida e que era casada com o Senhor Tomaz Castanheira. Deixa ainda numerosos netos e bisnetos.

Requerem, ainda, seja dado conhecimento à família enlutada, da decisão do Plenário.

Sala das Sessões, em 22 de maio de 1979.

(aa) FUAD NACLI e AGUINALDO PEREIRA LIMA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da sessão de hoje, de um voto de congratulações à Cidade de Antonina, pela eleição da Srta. MARIZE QUERINO, Miss Paraná 1979.

Sala das Sessões, em 22 de maio de 1979.

(a) NESTOR BAPTISTA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário e com o devido apoio dos nobres Pares, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, solicitando que Sua Excelência se digne determinar a pavimentação do trecho que liga o Município de Santa Helena a Marechal Cândido Rondon, passando pelos seguintes Distritos: Sub-Sede, São Clemente, Entre Rios, Pato Bragado, Margarida, até à sede de Marechal Cândido Rondon.

Sala das Sessões, em 22 de maio de 1979.

(a) WERNER WANDERER.

JUSTIFICATIVA:

Esta reivindicação se faz levando-se em consideração que o Município de Santa Helena, por ser um grande produtor agrícola de nosso Estado, tem por merecer esta pavimentação para facilitar a locomoção de um até ao outro centro de ambas as cidades.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, com a aprovação do Plenário, o envio de expediente ao Secretário dos Transportes, consubstanciado no seguinte PEDIDO DE INFORMAÇÕES:

- 1.º) — Existe projeto para continuidade das obras de pavimentação asfáltica do segmento rodoviário Paranaíba-Planaltina do Paraná, interrompido neste último município?
- 2.º — Se positivo, para qual exercício estão previstas tais obras?
- 3.º — E qual o traçado do projeto em tela?

Sala das Sessões, em 22 de maio de 1979.

(a) Nilso Sguarezzi.

JUSTIFICATIVA:

A administração estadual anterior interligou os Municípios de Paranaíba, Amaporã e Planaltina do Paraná, através de rodovias pavimentadas.

As obras atingiram este último município, nele permanecendo interrompidas, gerando natural expectativa junto às populações e administrações executivas dos municípios adiante localizados com o surgimento, inclusive, das mais diversas especulações de ordem política.

O presente Pedido de Informações tem, como objetivo principal, receber a palavra final por parte do Governo do Estado, através de sua Secretaria dos Transportes para, além de colocar termos em tais especulações, servir como informe aos habitantes dos Municípios de Santa Isabel do Ivaí, Santa Cruz do Monte Castelo e mesmo de Planaltina do Paraná.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER envio de expediente ao Senhor Superintendente Regional da Rede Ferroviária Federal S/A., com sede em Curitiba, solicitando providências para concretização da ligação Maringá-Paranaíba com o Porto São José na divisa Paraná-Mato Grosso do Sul.

Sala das Sessões, em 22 de maio de 1979.

(a) NILSO SGUAREZI.

JUSTIFICATIVA:

O Paraná precisa urgentemente de medidas e recursos para aumento de sua malha ferroviária e melhor equiparação de seus comboios para transporte de passageiros e cargas.

Observe-se que, para felicidade geral das empresas multinacionais fabricantes de caminhões, cavalos-mecânicos e automóveis, o Brasil continua dando ênfase à contratação de vultosos empréstimos no Exterior, destinados à construção de rodovias, relegando a segundo plano, a real solução para o problema do consumo dos derivados de petróleo que é, sem dúvida, o transporte ferroviário, sem citar também a importância fluvial, fator aliás, que em hipótese alguma faz parte das cogitações governamentais.

Porisso, peca três vezes o Governo brasileiro, além de adotar uma filosofia administrativa contrastante com suas promessas de combate à inflação: 1.º - importa dinheiro caro do exterior para aplicação na construção de rodovias, aumentando a nossa já astronômica dívida externa; 2.º - com o aumento da malha rodoviária, incentiva-se a fabricação e a conseqüente colocação no mercado, de caminhões, cavalos-mecânicos e automóveis, responsáveis pela percentagem maior do consumo de gasolina e óleo diesel; 3.º - age com descaso

total em relação à necessidade do aumento e equiparação de nossas ferrovias que seriam, estas sim, a real solução para o barateamento dos fretes, para a sensível diminuição no consumo de combustíveis e para o descongestionamento do tráfego, com conseqüente diminuição de acidentes.

Tendo em conta a recente instalação do novo Estado, o do Mato Grosso do Sul, convém alertar o Governo paranaense no sentido de que volte sua atenção para o nosso Noroeste. O intercâmbio comercial mantido pelos dois Estados, pela sua densidade, principalmente nos setores agrícola, madeireiro e pecuário, carece urgentemente - para suportar seu crescente desenvolvimento - de sólidos meios para escoamento destas riquezas.

No entanto, prevê-se com segurança que as rodovias construídas na região pelo Governo Jayme Canet, pela sua qualidade, não oferecerão condições para o fluxo de veículos, que ali transitarão sempre em quantidade crescente. O bom senso e a praticidade sugere que dê-se ao problema, tratamento condizente com sua importância.

Isto significa que se deve atentar aos exemplos vindo dos países europeus e de outras nações desenvolvidas, nas quais, o transporte ferroviário é tido como prioritário nas chamadas áreas técnicas governamentais.

Para o Brasil, é a solução para se obter uma racional e substancial economia do produto que mais afeta o equilíbrio da nossa balança de pagamentos: o petróleo.

Portanto, enfatizo a necessidade da elaboração de projeto para extensão da estrada de ferro, partindo do tronco de Maringá, servindo os Municípios de Nova Esperança e Paranaíba, para atingir às margens do Rio Paraná, no Porto São José o que motivará o Governo do Mato Grosso do Sul a realizar também, a implantação de obras para ligação com os Municípios de Dourados e Ponta Porã, já naquele território. O SR. PRESIDENTE(Tércio Albuquerque) — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Romero Filho.

O SR. ROMERO FILHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. "CARTEIRA. FRIA SÓ NO PARANÁ". Assim estampou a manchete de "O ESTADO DO PARANÁ", na edição de 11 de maio próximo passado. Fruto de sua diligente equipe de repórteres.

Acompanhando as várias edições do referido matutino, deparamos com várias denúncias fundamentadas, afirmando de público, que o CIRETRAN DE UMUARAMA faz entrega de Carteira Nacional de Habilitação sem que, para tal, seja exigido do candidato a motorista, qualquer tipo de exame para aferição de habilidade.

Quando se sabe que o chefe de trânsito recebe, por carteira expedida, importâncias volumosas em dinheiro, é de estarrecer-se com tal situação de convivência.

Um cidadão de nome Mário Medeiros, de Umuarama, só foi preso em flagrante, nessa atividade criminosa, pela polícia de Santo Anastácio, no Estado de São Paulo e, pasmem:

Sr. Presidente, Srs. Deputados, com uma maleta cheia de "carteiras frias", só faltando preencher os nomes dos "habilitados".

Pelo que podemos apurar, o estelionatário Mário Medeiros se fazia passar por Despachante autorizado, juntamente com seus comparsas, e, pergunto! Acobertado por quem, exercia tal trabalho? Se é que podemos chamar a isso, trabalho!

Sr. Presidente, Srs. Deputados, na sexta-feira penúltima, tivemos a visita em nossa Capital, do Sr. Celso Murta, Presidente do Conselho Nacional de Trânsito, que negou terminantemente tivesse vindo a Curitiba, especialmente para tratar do problema das "carteiras frias".

Dado as proporções que tal situação tem assumido em nosso Estado, que se mande investigar o que está ocorrendo nas

cidades de Umuarama e Cruzeiro D'Oeste, com relação à comercialização de carteiras de habilitação para motoristas, de forma ilegal, é medida que se deve tomar com a máxima urgência pelos órgãos competentes de nosso Estado.

Diante de denúncias sobejamente comprovadas, da venda de carteiras de motoristas que, inclusive, está trazendo repercussões negativas para a própria imagem de nosso Estado, no concerto da Federação, requeremos, pois, ao Sr. Diretor do DETRAN, Coronel Osvaldo Cruz, seja enviado a Umuarama e Cruzeiro do Oeste, em caráter de urgência, uma Comissão de Inquérito e um perito para apurar e punir tais irresponsabilidades acobertadas, não se sabe por quem.

Tal reivindicação, em caráter de urgência, se faz necessária por dois motivos básicos:

Primeiro: o Chefe do CIRETRAN de Umuarama, em breve deixará o cargo, passando o que poderíamos chamar de "bomba" na mão de seu provável sucessor.

Segundo: Já se comenta "à boca pequena", que em Cruzeiro D'Oeste existem mais carteiras de habilitação a motorista, do que comporta atualmente a comarca, em população.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Antônio Facci, inscrito.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): "Motivados por requerimento de iniciativa do Vereador Jesus Hernandez, de Maringá, ocupamos esta tribuna em 05 de junho de 1978, para comentar as péssimas condições de atendimento do INAMPS em Maringá.

Naquela oportunidade, ressaltamos o fato de que notícias vindas de nossa cidade, davam conta da locação de um novo prédio, para funcionamento do INAMPS naquela cidade, estaria contratada por Cr\$ 400.000,00 mensais.

No dia 07 do mesmo mês, o INAMPS, através de nota distribuída à imprensa, esclarecia que a denúncia feita desta tribuna carecia de fundamento, tendo em vista que "a opção técnica do instituto recaía pela locação do Hospital Santa Helena, cujo valor de locação seria de Cr\$ 216.000,00 mensais".

Nosso posicionamento não foi apenas contrário à locação do novo prédio por valor tão elevado, ou por querer interferir na referida "opção técnica" do INAMPS, mas, principalmente, pela falta de leitos hospitalares em Maringá, que seria agravada com a locação pretendida.

Passados quase um ano, recebemos hoje pela manhã, telex firmado pelo Vereador e Suplente de Deputado Estadual pela Arena, Ferrari Júnior, de Maringá, dando conta do envio do seguinte expediente ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República: "Em função de um contato mantido por uma Comissão Especial de Vereadores desta Câmara Municipal com o Dr. Reinhold Stephanes, então Presidente do INAMPS, as comunidades de Maringá e regional aguardavam notícias a respeito da construção de um prédio para o setor de atendimento médico do INAMPS, o que viria sanar, de uma vez por todas, o grave problema de atendimento ao público, que está sendo dado em local muito acanhado, sem as condições necessárias. Tomamos conhecimento de que o INAMPS acaba de alugar o prédio de um ex-hospital, cujas dimensões e localização não resolvem absolutamente o problema da demanda. O que nos causa espécie, é que o Sr. Presidente do INAMPS, Sr. Harry Valdir Graeff, nos declarou, nesta sexta-feira, em Curitiba, que o órgão não tem dinheiro para construção. Mas pasme Vossa Excelência, que o aluguel será cobrado à razão de Cr\$ 270.000,00 por mês no primeiro ano, com os reajustes de lei para um contrato global de 4 anos. Acreditamos que esse procedimento contraria frontalmente a política de controle de despesas pelos órgãos públicos determinada por Vossa Excelência. Acreditamos deveria o INAMPS utilizar-se dessa assus-

tadora verba de aluguel para construção do tão aguardado prédio de atendimento médico. Assusta-nos também, o fato de o INAMPS reduzir alguns atendimentos, como exames de laboratórios, por exemplo, alegando que está fazendo contenção de despesas, quando assina um contrato de locação que lhe custará, só primeiro ano, a elevadíssima soma de Cr\$ 3.240.000,00, podendo até chegar aos Cr\$ 15.000.000,00 no final de 4 anos. Esperamos contar com enérgicas providências por parte de Vossa Excelência, visando reparar este terrível erro".

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Como pode ser observado, a preocupação da comunidade maringaense persiste com relação ao problema. De fato, o aluguel não foi contratado por Cr\$ 400.000,00 mensais, mas, a locação de um hospital em pleno funcionamento para servir como local de atendimento de consultas pelo INAMPS, veio reduzir ainda mais a oferta de leitos hospitalares em Maringá.

Por várias vezes já defendemos aqui a imediata construção do Hospital Regional de Maringá para suprir em parte o problema, e, infelizmente, não temos notícia alguma sobre o assunto.

Vale dizer afinal, que nossa denúncia feita em junho do ano passado, tinha realmente razão de ser".

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) A Mesa registra com satisfação, a presença do Engenheiro Luiz Augusto Justus Soares, Presidente Regional do Camping Clube do Brasil.

No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Mário Celso. — (Ausente). Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Edilson Alencar.

O SR. EDILSON ALENCAR — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): "O Estado do Paraná vem sofrendo importantes transformações em sua fisiografia, em virtude das obras de contenção de nossos largos e encachoeirados rios, com a finalidade de construção de usinas hidrelétricas. O Tibagi, o Paranapanema, o Ivaí e o Mourão, já estão produzindo energia elétrica. Chegou a vez agora, do Rio Paraná.

Graças ao progressivo aproveitamento de recursos hídricos paranaenses, ampliou-se consideravelmente o parque industrial do centro do País, dentro do eixo São Paulo-Rio-Belo Horizonte.

Em seu atual estágio econômico, o Paraná não tem condições de absorver a energia elétrica por si produzida. Daí o seu papel de alimentador das economias alheias. Essa contribuição porém, está exigindo sacrifícios de toda ordem, sem que haja, em contrapartida, o reconhecimento nacional necessário.

Baseados no Plano Energético da Região Sul, que abrange o triângulo São Paulo-Rio-Belo Horizonte, são as seguintes as previsões de demanda e as previsões de produção energética na área, previsões essas em megawatts:

ANO	DEMANDA GERAL	PRODUÇÃO GERAL	SALDO	ITAIPU
1976	1092	1.050	- 42	-
1977	1.260	1.072	- 188	-
1978	1.437	1.163	- 274	-
1979	1.636	1.318	- 318	-
1980	1.838	1.974	- 44	-
1981	2.054	3.619	+ 1.565	-
1982	2.307	3.693	+ 1.386	-
1983	2.593	3.693	+ 1.100	190
1984	2.919	3.693	+ 774	490
1985	3.287	3.693	+406	808
1986	3.676	3.693	+ 17	1.112
1987	4.111	3.693	- 118	1.187

O Plano Energético do Sudoeste Brasileiro, em suas previsões de demanda geral e de produção energética, em megawatts, indica a inexistência de superavit, até o ano de 1980, após o qual os déficits serão permanentes, o que implica na busca de novas fontes para produção de energia. Vejamos:

ANO	DEMANDA GERAL	PRODUÇÃO GERAL	SALDO	ITAIPU
1976	6.791	8.063	+ 1.272	-
1977	7.670	8.347	+677	-
1978	8.551	8.974	+423	-
1979	9.444	10.176	+732	-
1980	10.410	10.869	+459	-
1981	11.385	11.225	- 160	-
1982	12.371	12.246	- 1.125	-
1983	13.445	11.766	- 659	1.020
1984	14.664	12.261	- 2.403	2.535
1985	15.859	12.291	- 3.568	4.032
1986	17.116	13.041	- 4.075	5.538
1987	18.466	13.121	- 5.345	5.519

Poderiam haver reparos quanto às diferenças na produção de Itaipu, em face das Regiões Sul e Sudoeste, pela suposição de equívocos na manipulação dos números. Esclarecemos no entanto, que em cada Plano Energético, temos previsões de consumo que as respectivas Regiões, por eles abrangentes, farão da produção energética de Itaipu.

Damos como exemplo, que em 1983 e 1984, o Sudeste ficará com 84% da produção de Itaipu, enquanto o Sul ficará com apenas 16%. Em 1985, o Sudeste ficará com 83% e o Sul, com 17%. Em 1986 e 1987, o Sudeste ficará com 82% e o Sul, com 18%.

Estima-se que, em 1985, estaremos produzindo, em todo o País, cerca de 51 milhões de kilowatts, e que em 1990, essa produção subirá para 80 a 85 milhões de kilowatts.

O desenvolvimento de um país se mede pelo consumo per capita, de energia elétrica. Nos países super-desenvolvidos,

o consumo per capita vai de 2.500 a 3.000 kilowatts/ano. O índice no Brasil é de 710 kilowatts, aproximadamente 1/4 (um quarto) dos índices de países desenvolvidos, o que prova que muito temos ainda a percorrer no caminho do progresso.

Traumatiza-nos, entre outros, o fato de que, na exploração da hulha branca paranaense, empresas do Paraná como a COPEL, não têm vez, e continuam sem vez, nesse setor, os competentes engenheiros paranaenses.

Monopolizam a exploração dos recursos hídricos a Eletrosul de Santa Catarina, a Furnas e Companhia Energética de São Paulo, ex-Centrais Elétricas de São Paulo.

A COPEL, legítimo orgulho nosso, fica reduzida à situação humilhante dentro do Estado, pelo papel secundário que a ELETROBRÁS lhe tem reservado. Isso, apesar de já haver demonstrado sua capacidade tecnológica em ocasiões diversas, estando apta, portanto, a executar projetos de grande

relevância, como os de construção de usinas hidrelétricas de envergadura nos rios paranaenses.

Confiamos que, com a nova direção da ELETROBRÁS, a COPEL e os engenheiros do Paraná venham a ter um lugar ao sol.

A construção de usinas hidrelétricas, no número e extensão que sabemos, acarreta outros e não menos graves problema para o Paraná e sua gente, dos quais um dos maiores é o da inundação de vastas áreas territoriais agriculturáveis, com consequente queda vertical em nossa produção agrícola.

Convém reportarmo-nos primeiramente, ao montante das áreas já alagadas ou vias de alagamento, mostrando, com números indelmentáveis, os prejuízos que o Estado vai sofrendo, antes de entrarmos em outra série de considerações, igualmente importantes.

Façamos o levantamento em cada região:

No Litoral, serão quatro os aproveitamentos, com **195 km²** de área inundável.

Na **Bacia do Ribeira**, com três aproveitamentos, a área inundável é de **85 km²**.

Na **Bacia do Paranapanema**, - fora as já existentes usinas de Xavantes, Ourinhos, Salto Grande, Capivara e Apucarantina, - serão mais dez os aproveitamentos, com área inundável de **978,4 km²**.

Na **Bacia do Paraná**, só Itaipu inundará, no lado paranaense, **780 km²** e mais, **600 km²** no lado paraguaio. Além disso, a CESP já está autorizada a realizar estudos, no Rio Paraná, para a construção das usinas hidrelétricas da Ilha Grande Baixa, com **1.370 km²** de área inundável; Porto Primavera, acima da Ilha Grande Baixa, e Rosana, na confluência do Paranapanema no Rio Paraná, cujas áreas inundáveis ainda não estão delimitadas.

Na **Bacia do Ivaí**, além da já existente Usina Mourão I, haverão mais três aproveitamentos, com área inundável de **561,6 km²**.

Na **Bacia do Piquiri**, com dois aproveitamentos, a área inundável será de **395 km²**.

Na **Bacia do Iguaçu**, existem, em operação, a Usina de Salto Santiago, com área inundada de **210 km²**, e Salto Osório, com área de **56 km²**. Acha-se em fase de estudos as Usinas de Salto Segredo, com **98 km²**, de área inundável; de Cruzeiro, sem especificação de área a ser inundada; de Caxias, com **62 km²** de área inundável, e Capanema, com **90 km²**.

Não há dados sobre a extensão territorial a ser inundada na Bacia do Tibagi, sabendo-se apenas que a Usina de Salto Mauá está em funcionamento, e que se prevê a construção ao longo daquele rio, de mais sete usinas hidrelétricas.

De acordo com as previsões, o nosso Estado vai ter alagados, até 1990, cerca de **6.497 km²**, podendo chegar a **8.000 km²**, se forem igualmente aproveitados tributários do Iguaçu e outros.

O Paraná está perdendo, então, sob as águas, nada menos de **5 a 8%** do seu território.

Um técnico teve a curiosidade de fazer o levantamento das perdas eventuais do Paraná em produção agro-pecuária, na área de **6.497,5 km²**, e chegou às seguintes estimativas para o ano de 1990:

a) - Produção anual de 1 milhão e 300 mil toneladas de soja;

b) - Produção anual de 900 mil toneladas de trigo;

c) - Produção e criação na área, de 1 milhão e 350 mil cabeças de gado vacum, em rebanho de 6 milhões de cabeças.

Ora, o Brasil e o mundo estão carecendo, cada vez mais, em proporção geométrica, de produtos alimentícios, a fim de matarem a fome das populações em crescimento.

Logo, é irreparável a perda de tão volumosa produção agro-pecuária, pelo fato das terras terem de ser inundadas, para darem lugar às represas alimentadoras das Usinas Hidre-

létricas.

Salta aos olhos o enorme prejuízo advindo daí. Deixa de existir receita particular, porque os proprietários das terras sofreram desapropriação, e tiveram de retirar-se com seus trabalhadores rurais. Deixa de existir a receita pública, porque, não havendo produção, não há o que tributar, com danos incalculáveis para os cofres do Estado e dos Municípios atingidos.

Vejamos, afora a queda da receita, alguns dos outros males oriundos do alagamento de vastas extensões de nossas melhores terras para a agricultura:

1) - A desapropriação das terras é feita por um preço muito inferior ao justo, e o pagamento demora, sofrendo o dinheiro a desvalorização decorrente do impacto inflacionário;

2) - A inundação das áreas significa a redução a zero da produção agrícola e pastoril;

3) - Sem produção não há renda particular e pública, e os Municípios principalmente, já escassos de recursos financeiros, irão padecer privações maiores, para o atendimento dos justos reclamos dos municípios em obras e em serviços públicos;

4) - O êxodo rural é uma fatalidade;

5) - As cidades ficam saturadas de mão-de-obra não qualificada, e cresce nelas índice de desemprego;

6) - O desemprego multiplica as favelas na periferia das cidades, e as favelas propiciam a intensificação do crime e da prostituição;

7) - O Poder Público, já prejudicado com a queda da arrecadação, por ter desaparecido a produção nas áreas inundadas, vai ter que arcar com o pesado ônus de ampliação e do aparelho de prevenção e de repressão à criminalidade, à mendicância e à prostituição, assim como terá o ônus, ainda mais pesado, de assistência social aos velhos, às mulheres e aos menores, a fim de transformá-los, de peso morto, em elementos úteis na sociedade humana.

Estamos verificando que não nos satisfaz a glória de abastecedores de energia elétrica ao Centro-Sul do Brasil, por não termos condições, em nosso atual estágio econômico, de absorver o que produzimos no setor.

A dura realidade é a de que estamos sendo vítimas de um processo neo-colonialista. Exaurimo-nos, ao dar tudo o que temos em favor da industrialização nacional, e nada recebemos em troca, ao menos como compensação pelos prejuízos que estamos sofrendo, em proporção sempre maior, à medida que novas usinas hidrelétricas vão sendo construídas no território paranaense.

Onde está a vantagem, se a autonomia paranaense é ferida pela invasão do nosso território, e pela exploração dos nossos recursos hídricos, por empresas energéticas de outros Estados?

Onde está a vantagem, se as usinas hidrelétricas exigem extensos reservatórios, e se esses reservatórios implicam no alagamento de extensas áreas de terras agriculturáveis?

Onde está a vantagem, se o alagamento das terras quer dizer cessação completa e definitiva de atividades econômicas na área, acabando-se com a produção agrícola e pecuária, numa política de escasseamento, no mercado de consumo de alimentos, que em decorrência da escassez progressiva, vão subindo de preço e dificultando a vida para as classes menos favorecidas?

Onde está a vantagem, se a cessação da atividade econômica nas terras alagadas expulsa delas o trabalhador rural e o obriga a partir para a cidade em busca de emprego e não o encontra, e onde mergulha na fome e na miséria?

Um dos modos de impedir-se o êxodo rural para os centros urbanos, é o de serem construídas agro-vilas à margem das represas, ao invés de sofisticados clubes de campo, fonte de lazer dos muito ricos, insensíveis à dor e à amargura das

famílias de trabalhadores, despejadas de suas casas e com destino sombrio, porque estão sem qualificação para obtenção de trabalho nas cidades.

A agro-vila, além de contribuir para a fixação do rurícola ao solo, continuaria a ser fonte de abastecimento de produtos horti-granjeiros e frutícolas às cidades mais próximas.

É tempo do Estado do Paraná, inteira e decididamente apoiado pelos municípios, sair em campo, para defesa obstinada dos seus interesses.

Precisa dimensionar a disposição do artigo 26 da Emenda Constitucional n.º 1, de 1969, a fim de que recaba indenização mais justa pelos danos que sofre com a construção das usinas hidrelétricas.

Eis o que reza dito artigo.

“Artigo 26 — A União distribuição aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

- I -
 - II - sessenta por cento do produto da arrecadação do imposto sobre energia elétrica, mencionado no item VIII do art. 21.
 - III -
- § 1.º - A distribuição será feita nos termos da lei federal, que poderá dispor sobre a forma e os fins de aplicação dos recursos distribuídos, conforme os seguintes critérios:
- a) - nos casos dos itens I e II, proporcional à superfície, população, produção e consumo, adicionando-se, quando couber, no tocante ao item II, quota compensatória da área inundada pelos reservatórios.

A distribuição percentual do imposto de energia elétrica é louvável, mas não suficiente.

É preciso mais, muito mais.

A quota compensatória, a que alude a lei maior, não cobre os prejuízos financeiros do município que venha a ter coberto pelas águas parte do seu território, mormente se proporcional “à superfície, população, produção e consumo”. A população do campo é mais rarefeita do que na cidade. Como é baixo o seu poder aquisitivo, e como a eletrificação rural ainda é um sonho, o consumo energético praticamente não existe. Assim, pois, esses são critérios desaconselháveis, na distribuição, aos municípios inundados, de quotas do imposto de energia elétrica. E necessitam ser ampliados.

Tomemos a Bi-Nacional Itaipu como exemplo.

Vimos que para a construção da usina, serão alagados seiscentos quilômetros quadrados de território paraguaio, contra setecentos e oitenta quilômetros quadrados de território paranaense.

Há a circunstância agravante de que o Paraná, no Município de Guaíra, irá perder o Salto das Sete Quedas, o maior prodígio da natureza de que o Brasil dispõe, a atração turística de primeiro grau.

Como se observa, o prejuízo do nosso Estado é bem maior do que o do Paraguai.

O Paraguai, no entanto, figura como sócio do Brasil em Itaipu, à base de 50% (cinquenta por cento) no capital social e nos lucros futuros. A contribuição guarani é mera ficção, porquanto o Brasil está se endividando em bilhões de dólares para a construção da usina, e o Paraguai pagará sua parte apenas com a revenda, para nós, dos 50% da energia elétrica a ser produzida, aos preços da cotação internacional. A revenda, a nós, da energia elétrica de Itaipu será feita pelo fato do Paraguai não poder utilizá-la, por falta de indústrias que a absorvam.

Ora, se o Paraguai, com participação menor do que o Paraná em terras inundáveis, e não indo perder o monumental Salto das Sete Quedas, salvo parte ínfima em seu território, coloca-se em posição de igualdade na sociedade com o Brasil,

o nosso Estado e os Municípios paranaenses atingidos devam ter indenização pelo menos igual, senão superior ao Paraguai.

Logo, não é demais pleitearmos que, além da quota compensatória do imposto de energia elétrica, tenhamos também 50% da receita bruta de Itaipu, dentro da parte que caberá ao Brasil.

Esses 50% (cinquenta por cento), dentro dos 50% destinados ao Brasil na exploração da Usina Hidrelétrica de Itaipu, deverão ser divididos irremediavelmente entre os estados e os municípios. A compensação aos municípios deverá ser proporcional à área territorial que cada um perderá com o alagamento, tendo-se em conta, ainda o volume de produção e conseqüentemente, de impostos que irá perder. E Guaíra, por ver submergido o Salto das Sete Quedas, seu grande atrativo turístico de renome mundial, precisará receber um tratamento privilegiado.

Conforma a nossa proposição, 25% caberão ao Tesouro Estadual, e 25% serão distribuídos aos Municípios de Guaíra, Marechal Cândido Rondon, Medianeira, São Miguel do Iguaçu, Foz do Iguaçu e Santa Helena.

As prefeituras deverão cuidar para que a indenização beneficie efetivamente os distritos mais atingidos pela inundação. Como são casos entre outros, dos Portos Mendes Gonçalves, Artaza, Britânia, Sol de Maio e Moleda, e as localidades de Santa Helena, Nova Santa Helena, Dois Irmãos, Itacorá, Sete de Setembro, etc. Algumas dessas localidades ficarão quase inteiramente sob as águas, e é justo que as populações sobreviventes, a título de compensação, recebam obras e serviços públicos pagos com o dinheiro da energia elétrica produzida em Itaipu.

O critério que aventamos para a Usina Hidrelétrica de Itaipu deve ser adotado, em todo o País como indenização aos estados e aos municípios que estejam sofrendo, ou que venham a sofrer, as conseqüências do alagamento de suas áreas territoriais, para construção de usinas produtoras de energia.

Não podemos permitir que, a nossa custa, e com o nosso inteiro prejuízo, outras regiões...”

C Sr. Nilton Friedrich — Vossa Excelência permite um aparte?

(Assentimento) — Nossos cumprimentos ao seu pronunciamento porque o nosso Oeste do Paraná efetivamente, em se tratando de Itaipu, terá uma área enorme atingida, cuja inundação e cujos resultados ecológicos estão a já preocupar todos nós, afinal lá teremos o maior lago artificial do mundo, mas apesar de tudo isto, apesar da expressão do seu pronunciamento, nós notamos que efetivamente, toda esta energia gerada não demandará ao Paraná e o que nos leva a apoiar integralmente a sua posição, é exatamente que o Paraná, de uma vez por todas, dê um grito de independência, que se coloque ao menos no patamar de respeito que ele merece na Federação Brasileira. Em que pese nós estarmos diante de uma realidade em que existe mais um Estado Unitário, do que um Estado Federativo, porque é uma União que tudo pode e os Estados a mendigar o pouco que resta. Mas assim mesmo, cabe que nós desta Assembléia, reivindicuemos, da maneira que Vossa Excelência também está colocando, expondo a realidade, expondo a deficiência e expondo a expectativa que não virá porque a energia nem será gerada para o Paraná, pois isto tudo significa, que cabe a nós paranaenses, exigir por direito até de indenização de reivindicação; exigir que a União dê um retorno efetivo na forma exposta por Vossa Excelência ou na forma exposta já pelo Vereador Lotário Vogel, de São Miguel do Iguaçu, num documento remetido à ELETROSUL, pedindo aliquotas de retorno aos municípios, proporcionalmente às áreas perdidas. Seria ao menos justo, como nós temos no norte do País, como nós temos na Bahia, onde o próprio Estado recebe devolução, uma espécie de “Royalties” pela exploração de Petróleo; como nós tivemos no Rio Grande do

Sul, em anos atrás, quando também houve determinadas obras desta espécie e os governos, de uma maneira coerente e exercitando um direito, exigiram da União, retornos sociais e retornos econômicos, como Vossa Excelência bem está colocando. O nosso integral apoio; e oxalá esta Assembléia se defina em favor a isso e lute, até que venha essa solução.

O SR. EDILSON ALENCAR — Muito obrigado pelo aparte de Vossa Excelência. **(Continua lendo):** "Não podemos permitir que, à nossa custa, e com o nosso inteiro prejuízo, outras regiões do País se desenvolvam economicamente, até à saturação, ao aproveitarem os recursos hídricos abundantes com que a natureza nos galardou.

Precisamos ter uma parcela dos benefícios e nada mais nacional do que à nossa participação nos lucros da comercialização da energia elétrica entre nós produzida.

Contribuição nossa, embora modesta, para que a justiça impere, solicitamos que a título de sugestão para as medidas cabíveis, a íntegra do presente trabalho seja enviado, por meio de ofício, aos Excelentíssimos Presidente da República, Ministro de Minas e Energia, Ministro-Secretário do Planejamento, Ministro da Fazenda, Presidente da ELETROBRÁS, Governador do Estado do Paraná e Prefeitos de Guaíra, Medianeira, São Miguel do Iguaçu, Foz do Iguaçu, Marechal Cândido Rondon, e Santa Helena, bem como às Câmaras Municipais dos mencionados municípios.

Confiamos que o nosso trabalho dê frutos, para favorecimento da prosperidade da laboriosa gente do Paraná".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Consulto à Liderança do MDB se deseja fazer uso do seu horário reservado. **(Pausa).**

A Liderança comunica que fará uso o Sr. Deputado Waldyr Pugliesi.

Com a palavra, o Sr. Deputado Waldyr Pugliesi.

O SR. WALDYR PUGLIESI — Sr. Presidente, Srs. Deputados. **(Lê):**

"A importância do estudante na vida nacional de um País é tão grande que os regimes ditatoriais procuram de todas as formas evitar que ele possa ter a sua organização representativa.

Aqui no Brasil, ao lado dessa tentativa governamental de evitar a reorganização da UNE, ainda se vê um esforço hercúleo para se apagar as suas conquistas, os seus pequenos e grandes triunfos, a sua caminhada ao lado do povo sofrido. Tenta-se apagar a história da UNE e muitas outras vezes a sua história é mostrada de maneira mentirosa, exatamente para levar a confusão à toda sociedade de maneira geral e de modo particular ao próprio estudante.

Fundada em 1.937, em plena vigência do Estado Novo, foi no regime ditatorial implantado em março de 1964 que encontrou a UNE as maiores dificuldades. Não poderia ser de outra maneira pois que, defensora dos interesses da nacionalidade brasileira, certamente iria se chocar com aqueles que se submeteram desde a primeira hora aos interesses do capital forâneo.

A história da UNE se confundiu no passado, como agora também, com a luta pela libertação social, econômica e política do Brasil. Em 1.939 capitaneou a campanha "PELA PAZ E PELA NEUTRALIDADE", desempenhando papel importantíssimo como fator de politização junto a todo o povo brasileiro, evitando na prática que fôssemos atrelados ao carro de morte do nazi-fascista. Na época, muitos brasileiros desorientados quanto ao verdadeiro caráter dos regimes do Eixo com eles simpatizavam. E parece que outros tantos nos dias de hoje já se esqueceram das atrocidades cometidas pelo nazi-fascismo e vivem num romance duradouro com os algozes das liberdades dos homens.

Em 1.941, em plena escalada das tropas hitlerianas, e

sob intensa propaganda mundial de simpatia as mesmas, os estudantes brasileiros, sob o comando da UNE, ergueram suas vozes, num brado de alerta, contra a ameaça que se desenhava. Em função dessas posições de firmeza inarredável, que se somaram a tantas outras, pode o Brasil ficar ao lado dos que combatiam a ditadura hitlerista.

A luta da UNE vem de longe e é constante.

Cumpramos que se destaque a campanha feita a partir de 1.947, em defesa do Patrimônio Territorial e Econômico do povo brasileiro. Manifestos lançados de maneira simultânea em São Paulo e no Rio, originaram a campanha em favor do Monopólio Estatal do Petróleo, sob o lema "O PETRÓLEO É NOSSO". Essa campanha liderada pelos intelectuais e pelos estudantes alcançaram a maior receptividade possível em toda a Nação brasileira que se entusiasmou com o trabalho de seus filhos.

Todo esse trabalho de politização se materializou na criação da PETROBRÁS em 03 de outubro de 1.953.

Pena que se tenha que refazer quase tudo de novo visto que a luta e as conquistas foram duramente golpeadas por aqueles que, adeptos dos regimes discricionários, se esqueceram das maiorias, serviram as minorias privilegiadas, daqui e de fora, acabando com o monopólio estatal do petróleo e ao mesmo tempo desencadeando feroz e anti-nacional campanha contra a PETROBRÁS, símbolo maior da libertação econômica do País que se está conseguindo obter e que sem dúvida nenhuma, no futuro, será alcançada apesar da posição interna e externa contra a consecução desse objetivo.

Os estudantes certamente desencadearão campanha a nível nacional contra a imperialista pretensão da desestatização. Atrás da desestatização está o capitalismo selvagem com suas presas afiadas para estraçalhar a PETROBRÁS e distribuir às estufadas classes dominantes o suado labor de milhões de brasileiros.

O estudante é peça fundamental na luta pelo esclarecimento do povo. Ele mostra e luta pelo caminho que deve ser aberto para outros trilhá-lo. A UNE é o seu instrumento.

Em 1.964 às vésperas das reformas de base, que possibilitariam a milhões de brasileiros a perspectiva de emergirem da condição de fome e submissão em que se encontravam para uma posição mais consentânea com mínimos de vida, a posição dos estudantes foi clara em favor da legalidade constitucional. Tudo foi em vão e a direita armada usurpou o Poder, onde se encontra até os dias de hoje.

Nova roupagem estão a exibir melancolicamente aos brasileiros, para se perpetuarem no Poder. As contradições estão aguçadas e os estudantes uma vez mais através do seu vigor, da sua vontade de construir uma pátria livre, dirão presente através de sua enorme capacidade de politizar parcelas do povo brasileiro que ainda não foram suficientemente esclarecidas da verdadeira face do regime elitista e concentracionário que jogou a Nação no verdadeiro impasse em que ela se encontra.

Os estudantes sofreram rudes golpes principalmente no período que vai de 1964 a 1969. A ditadura no seu período mais repressivo, baseada na doutrina da guerra interna, agia violenta e impunemente.

Era preciso acabar-se com as resistências à política anti-nacional posta em prática pelos novos detentores do Poder. Com o movimento militar de março se impunha um curso de desenvolvimento do País em que todos os setores da sociedade brasileira, em graus variados, se submeteriam a interesses que não nacionais. Necessário se fazia então reprimir.

Os estudantes passaram por um crivo implacável. Muitos foram presos, suspensos, expulsos, outros mortos. O terrorista global contra a Universidade. Foi o fim da própria liberdade das Universidades. A Nação brasileira sofreu danos incalculáveis. Sua cultura foi agredida e se introduziu cada vez mais a influência daqueles que querem descaracterizar a alma brasi-

leira.

A luta que se trava ainda hoje, como na Universidade de Londrina, nada mais é do que a eterna luta entre os obscurantistas e os que entendem a Universidade como fórum de debates dos caminhos futuros de todo um povo; é a luta entre os "macartistas", rançosos defensores da ultrapassada ditadura brasileira, e os democratas que querem a Universidade como o "Norte" orientador de uma vida livre e democrática.

Os estudantes que têm influência em todos os setores da sociedade, pois se ligam a ela como um todo, estão sendo chamados novamente para, como vanguardeiros, travarem mais uma etapa da luta pela democracia neste País.

Mas é preciso não esquecer.

O passado é exemplo. O passado é escola.

A UNE foi invadida, saqueada e queimada.

Os novos governantes através de apertada votação num Congresso amedrontado conseguiram sua extinção através de 126 (cento e vinte e seis) votos a favor contra 117 (cento e dezessete). 5 (cinco) parlamentares se abstiveram.

Com a extinção da UNE e sua substituição pelo Diretório Nacional dos Estudantes, organismo de pelegos forjados pela ditadura, os estudantes estavam desarticulados mas mesmo assim protestavam com coragem como demonstra o telegrama enviado ao Marechal Castelo Branco em repúdio à lei que extinguiu a UNE — a famigerada lei Suplicy de Lacerda.

Em junho de 1964 foi organizada uma junta governativa para dirigir a UNE, tendo como objetivo principal a luta contra a sua extinção.

As prisões prosseguiram.

O ano de 1.966 encontra os estudantes centrando suas lutas em defesa das liberdades democráticas. Ao mesmo tempo negam-se eles a pagar as anuidades por significarem obediência à orientação do acordo MEC-USAID, de privatizar o ensino.

Partiu-se então para as passeatas como instrumento pedagógico para sacudir a omissão e o conformismo de tantos. A primeira foi em Belo Horizonte e foi reprimida de maneira que só as ditaduras sabem fazer.

O fato provocou passeatas de protesto no Rio e São Paulo. Greves espoucaram contra os pagamentos das anuidades.

1.966 viu correr muito sangue.

No governo Costa e Silva a repressão aperta mais ainda a corda da prepotência em torno do pescoço do estudante. Assim é que em 28 de março de 1.968 é assassinado no Rio o estudante Edson Luiz de Lima Souto. Sua morte provoca gigantesca onda de manifestações de solidariedade.

O climax de manifestações é alcançado com 100 (cem) mil pessoas nas ruas sob o comando de vários líderes estudantis entre eles o até hoje exilado Wladimir Palmeira.

Um jornal da época estampou a seguinte manchete. "AO COMANDO DOS ESTUDANTES O POVO COBRIU O ASFALTO DA AVENIDA".

Em meados de 1968 as manifestações estudantis tomam um novo impulso. Colocam-se contra o acordo MEC-USAID e exigem mais verbas para a educação. Em todo o País as manifestações se sucedem exigindo o fim da repressão policial, a libertação dos estudantes, o fim da censura às artes.

Tentando realizar o 30.^o Congresso da UNE em outubro de 1.968 foram presos mais de 700 (setecentos) líderes estudantis, exatamente os principais de todo o País, em Ibiúna, no Estado de São Paulo.

No dia seguinte milhares de jovens em todo o Brasil saem às ruas para exigir a liberdade dos colegas presos e numa só voz gritavam: A UNE SOMOS NÓS.

Usando como pretexto, logo após, o episódio Márcio Moreira Alves, o governo decreta o AI-5 e a partir daí o modelo brasileiro se desnuda por completo.

Com o AI-5 nas mãos o chefe de Estado poderia transformar a República em Monarquia e nomear-se Rei, segundo Aliomar Baleeiro.

A história mais recente do 477, do 228, do esmagamento sob o governo Médici todos praticamente conhecem.

Surgem as AESI (Assessorias Especiais de Segurança e Informação) oficializando-se o dedo-durismo dentro das Universidades.

Apesar de toda a repressão sofrida ao longo de todos esses anos de obscurantismo governamental, o estudante está aí com a reorganização da UNE.

O Governo deve ter aprendido que a repressão não mata idéias. As idéias dos estudantes brasileiros estão mais vivas do que nunca, simplesmente por serem também o pensar de milhões de brasileiros que anseiam pela liberdade total do País.

Cabe aqui, para finalizar, Senhor Presidente, o poema do estudante de sempre, Marco Antônio Maia Souto, verdadeiro hino à resistência, síntese do pulsar da alma brasileira que não aceita opressão:

"Arranquem do chão as marcas dos meus passos, mas cortem de mim as pernas, senão outros aparecerão.

Tirem-me a língua, arranquem os olhos, a retina, firam o mais fundo os meus tímpanos. Depois exibam aos homens a obra-prima forjada. E eles terão, na deformação de minha carne, o retrato do opressor".

O Governo, Senhor Presidente, deve ter aprendido, que a repressão não mata idéias, as idéias dos estudantes brasileiros, estão mais vivas do que nunca, simplesmente por serem também o pensar de milhões de brasileiros que anseiam pela liberdade total do País.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — A Mesa comunica que o nobre orador tem um minuto para concluir sua oração.

O Sr. Adalberto Daros — Deputado Waldyr Pugliesi, se Vossa Excelência me permite, apenas dez segundos. (Assentimento).

O Sr. Adalberto Daros — Quero congratular-me com Vossa Excelência pela pesquisa feita, pelo seu conhecimento também, e pela eloquência das palavras colocadas.

Apenas fico, meu caro Deputado Waldyr Pugliesi, chateado e constrangido, por este discurso não ter sido feito no dia de ontem, onde tínhamos a Assembléia cheia, principalmente com a bancada da ARENA repleta, e todos nós sabemos porque. Evidentemente meu nobre Deputado, que o Líder da ARENA não tem culpa por isso, deixo bem claro, porque ele está presente. Todavia, se esse discurso talvez tivesse sido feito ontem, teria tido um brilhantismo maior pela escuta do pessoal da ARENA, mas encerro esses dez segundos que se alongaram, dando meus cumprimentos a Vossa Excelência.

O SR. WALDYR PUGLIESI — Deputado Daros, agradeço o aparte de Vossa Excelência e também aproveito esta oportunidade para lamentar que na hora em que os objetivos do Governo, são mais prementes, na hora em que é necessária a presença para se fazer aprovação de projetos que deixam as maiores dúvidas possíveis no Estado do Paraná, eles se fazem presentes, mas termino, Senhor Presidente.

"Cabe aqui, para finalizar, Senhor Presidente, o poema do estudante de sempre, Marco Antônio Maia Souto, verdadeiro hino à resistência, síntese do pulsar da alma brasileira que não aceita opressão:

Arranquem do chão as marcas dos meus passos, mas cortem de mim as pernas, senão outros aparecerão. Tirem minha língua, arranquem os olhos, a retina, firam o mais fundo os meus tímpanos, depois exibam aos homens, a obra prima forjada, e eles terão, na deformação de minha carne, o retrato do opressor."

Poema feito por um homem que foi torturado e nós esperamos que neste País, o Governo que aí está, ponha um basta final à repressão que ainda está intacta, para amedrontar toda a Nação brasileira.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa consulta à Liderança da ARENA, se deseja fazer uso do seu horário.— (Pausa).

Concedo a palavra ao nobre Deputado Lázaro Dumont.

O SR. ADALBERTO DAROS — Senhor Presidente, pela ordem, Regimentalmente, solicitaria a Vossa Excelência verificação de "quorum" porque estou entendendo que não há número legal para prosseguimento da sessão.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa defere e solicita do Sr. 1.º Secretário, que proceda a chamada nominal dos Senhores Deputados. (Pausa)

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Procede à chamada nominal dos Senhores Deputados).

O SR. 1.º SECRETÁRIO (Domício Scaramella) — (Procedendo a chamada nominal dos Srs. Deputados).

Sr. Presidente, acham-se presentes trinta Srs. Deputados, com a presença do ilustre Deputado Aguinaldo Pereira Lima.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Há "quorum" para prosseguimento da sessão. Durante o horário reservado à Aliança Renovadora Nacional, concedo a palavra ao nobre Deputado Lázaro Dumont.

O SR. LÁZARO DUMONT — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Inicialmente, antes de usar da palavra para transmitir aquilo que desejamos e, é motivo pelo qual estamos na tribuna, desejaria inicialmente mencionar que gostaria de ter feito através de um aparte, o que não foi possível porque me ausentei, exatamente, no momento em que o orador deixou a tribuna.

Mas seria de me congratular com o pronunciamento do ilustre Deputado Edilson Alencar feito há pouco no Grande Expediente, porque também sou daqueles Deputados que acham que o Paraná, como Estado, deveria receber uma compensação nestes projetos do Governo Federal em nosso Estado. E especificamente nos projetos de usinas hidrelétricas existe uma série de fórmulas em que o Governo poderia realmente participar como compensação. Por exemplo, toda esta Casa e não só a classe política e esta Casa, mas quase todas as representações do nosso Estado, principalmente as representações econômicas pleiteiam a Rodovia do Soja.

E nós sabemos que a Rodovia do Soja tem como seu ponto final exatamente Foz do Iguaçu, e um ramal que poderia se ir até Toledo ou Palotina, para ali servir de escoadouro a toda aquela produção até o Porto de Paranaguá.

Então, uma das formas de participação do Governo, por exemplo, seria senão a construção total da Rodovia do Soja por parte dessas companhias que estão construindo a hidrelétrica, mas pelos menos a construção da rede elétrica para alimentar esta ferrovia em todo o seu percurso até Paranaguá.

E outra forma que poderia ser dada como compensação, seria nos municípios atingidos pelas desapropriações, pelo alugamento etc. Um plano de eletrificação rural beneficiando assim todos os municípios, todas as propriedades rurais com a eletrificação, pois é sabido, por exemplo, que o Estado do Paraná desenvolvido como é, tem aproximadamente 500 (quinhentas) mil propriedades rurais, e em números mais corretos 485 (quatrocentas e oitenta e cinco) mil propriedades rurais onde menos de 40 (quarenta) mil são servidas através de eletrificação rural.

Então existe uma série de oportunidades que o Governo teria de compensar o nosso Estado.

Mas o assunto que nos traz na tarde de hoje, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós tivemos oportunidade e não queremos aqui fazendo um parêntese, não queremos aqui entrar

naquele velho adágio, que "rei morto, Rei posto". Mas nós tivemos oportunidade no início deste ano, antes da posse do novo Governo, de participar de várias reuniões nos setores administrativos deste Estado, principalmente no setor agrícola, com o atual Secretário da Agricultura e que nós levamos nas reuniões que nós participamos como subsídios, como sugestões, vários problemas que a agricultura do Paraná, mas especificamente o pequeno lavrador do nosso Estado atravessa.

E entre esses problemas que nós levamos na época ao futuro Secretário e hoje atual Secretário da Agricultura, Dr. Reinhold Stephanes, foram exatamente os problemas: 1.º — das notas promissórias rurais, e alguns projetos de litígios, de desapropriações que nós estávamos propondo ao INCRA e alguns casos de litígios de terras verificados em nosso Estado, entre eles o da Gleba São Pedro, antontem tratado e trazido à tribuna pelo Deputado Nelton Friedrich.

E ontem pela manhã, tive oportunidade de fazer uma visita à Secretaria da Agricultura e por mais de uma hora debater esses dois problemas com o ilustre Secretário da Agricultura: o problema das notas promissórias rurais e o problema da Gleba São Pedro, em Toledo.

E com respeito às notas promissórias rurais eu realmente fiquei entusiasmado porque o que reclamava várias vezes, desta tribuna, reclamei muitas vezes também quando participava de reuniões na Secretaria da Agricultura, era exatamente de uma Secretaria mais agressiva nas defesas dos interesses agrícolas do Paraná. E por várias vezes apresentei essas sugestões ao Deputado Reinhold Stephanes, para que ele, ao assumir a Secretaria, desse um pouquinho mais de agressividade no sentido de defesa do nosso Estado, no setor agrícola.

E propriamente dito, na questão das notas promissórias rurais, ainda no mês de março, recém tomado posse, o nosso Secretário se deslocou à Brasília, se juntando ele, Secretário a tantas forças neste Paraná, que estavam lutando já há algum tempo, em defesa dos colonos com respeito às notas promissórias rurais.

Ainda ontem, discutindo outra vez esse assunto com o Secretário da Agricultura, tive a oportunidade de ler todo o trabalho e arrazoado que aquela Secretaria fez e endereçou às autoridades competentes do Governo Federal, mais necessariamente, ao Banco Central. E o Secretário ainda me informava ontem, de que o Banco Central, quero inclusive avisar aos Srs. Deputados que não estou, defendendo o Secretário, e nem autorizado porque também ele não pediu que eu falasse, mas também não pediu que eu não falasse esses assuntos. E ontem o Secretário transmitiu para mim, uma proposta que o Banco Central já teria feito ao Governo do Paraná, no montante de, pelos números que a própria Secretaria levantou, seria cento e vinte e nove milhões, quase cento e trinta milhões de cruzeiros, o montante das notas promissórias rurais que já foram pagos e o que ainda não foram pagos.

E o Banco Central, teria feito a seguinte proposta: Seriam renovadas essas notas promissórias rurais por mais um ano. Os lavradores pagariam vinte por cento do valor das notas promissórias, e o restante o Banco pagaria os oitenta por cento. E o lavrador entraria, se credenciaria na massa falida a receber esses vinte por cento. Por outro lado, o Banco se nega a pagar as notas promissórias que os lavradores já quitaram com os referidos Bancos. E para alegria nossa, a Secretaria da Agricultura do Paraná, rejeitou esta proposta e está firme no propósito de que o Banco Central deverá pagar, assumir todas as dívidas principalmente, aquelas com os colonos que já pagaram as suas notas promissórias e nada de vinte por cento, que o Banco assumia completamente as dívidas, avalizadas pelos colonos. Isso realmente, me deixa de uma certa forma tranqüilo, neste setor com a atividade do Dr. Reinhold Stephanes, que realmente, é uma luta, é um problema que vem se arrastando já de dois ou três anos, e que esta Casa tanto demonstrou a parti-

cipação dele na defesa dos colonos.

Outro assunto com respeito à gleba São Pedro, depois da reunião aqui de dois ou três dias atrás, tive a oportunidade de conversar não só com o cidadão que veio depôr na Comissão de Terras e Colonização desta Casa, mas também com representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Toledo. E eles faziam duas reivindicações específicas, já que praticamente o problema em termos jurídicos está resolvido. Seria primeiro: Financiamento para que eles possam produzir, que dentro da condição atual do lavrador naquela área, ele não tem condições do financiamento no Banco.

Segunda: Reivindicação específica deles poderem aproveitar a madeira existente na área, dentro de suas propriedades, que estão embargadas e que não podem usar deste benefício.

Conversando este assunto com o Secretário da Agricultura ainda ontem, o mesmo entrou em contato com a direção do Banco do Estado do Paraná e com o Instituto de Terras e Cartografia do Paraná, para que os lavradores que têm o direito e posse da terra naquela área, possam, pelo menos, do Banco do Estado obter o financiamento. E, para o Banco do Estado é tranqüilo este financiamento pois é o próprio Banco que está com a posse da terra.

Não haveria nenhum impedimento do Banco do Estado negar o financiamento àqueles lavradores que estão naquela área.

Por outro lado, um outro assunto que se tem de resolver também naquela área de São Pedro. É exatamente algumas famílias de posseiros que estão há alguns anos, produzindo, que não estão nas condições daquelas que são a maioria, mas que são posseiros na área, famílias inclusive com grande número de filhos e que estão produzindo e que a própria Secretaria da Agricultura também sugeriu ao Banco do Estado que legalizasse as condições destas famílias da área, com a venda da propriedade a estas famílias que já estão lá e que é diferente das cento e oitenta, duzentas famílias que hoje exigem a escrituração definitiva de suas terras.

Como temos praticamente por hábito, vir a esta tribuna trazer os problemas, trazer as reivindicações, nós achamos por bem também que, sentindo que a Secretaria da Agricultura está empenhada agora em resolver estes problemas cruciantes do Paraná, acredito, que estou fazendo justiça ao órgão que deseja como nós, como todos os Deputados desta Casa, a tranqüilidade para a família rural de nosso Estado.

Era só isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 41 Srs. Deputados.

O SR. FLORI LUIZ — (Pela ordem) — Pediria à Presidência verificação de "quorum" para efeito de votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa defere e solicita do Sr. 1.º Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados)

Responderam a chamada nominal, 33 Srs. Deputados. Há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 03/79, de autoria do Deputado FUAD NACLI, que denomina "Dr. João Ribeiro Júnior, a Fundação Instituto Agronômico do Paraná - IAPAR, com sede na cidade de Londrina. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por maioria, com EMENDA SUBSTITUTIVA da C.C.J., por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— Encerrada

a discussão. Em votação.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — (Para encaminhar) — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O projeto de lei apresentado pelo eminente Deputado, Fuad Nacli, na súmula diz o seguinte: — Denomina "João Ribeiro Júnior" a Fundação Instituto Agronômico do Paraná, com sede em Londrina. Depois, no seu artigo 1.º, diz: A Fundação Instituto Agronômico do Paraná - Fundação IAPAR, passa a denominar-se "Fundação Instituto Agronômico do Paraná Dr. João Ribeiro Júnior.

Apresentado na Comissão de Justiça, e tendo como relator o Deputado Augusto Carneiro, achou que não ficaria bem alterar o nome de IAPAR, porque, talvez, observando a Súmula, dizia: "Passa a denominar-se João Ribeiro Júnior", e por isso ele fez um voto em separado, apresentando uma emenda substitutiva, e nós a subscrevemos.

Mas, agora, verificando o projeto aqui, podemos notar, no artigo 1.º, que não altera "passa a ser Instituto Agronômico do Paraná Dr. João Ribeiro Júnior."

Por esse motivo, nós vamos votar com todo respeito - e já ontem conversando com o eminente Deputado Augusto Carneiro, parece-me que, numa homenagem ao grande homem público que tantos serviços prestou à agricultura do Paraná, é um dos responsáveis também pela fundação do IAPAR - nós vamos votar de acordo com o projeto e contra a emenda substitutiva.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Em votação a emenda substitutiva da Comissão de Justiça. Os Srs. Deputados que forem favoráveis, permaneçam como estão. Rejeitada a emenda.

Em votação o artigo 1.º do Projeto (Lê):

Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como estão. Aprovado.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Para encaminhar, concedo a palavra ao nobre Deputado Antônio Facci.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Difícil é a posição deste Deputado, desta Casa, ao aprovar esta lei, que, de antemão, devo dizer, vou votar favoravelmente.

Trata-se de homenagear um ilustre homem público, Dr. João Ribeiro Júnior, que realmente muitos serviços prestou ao Paraná.

No entanto, não pode este Deputado, vindo de Maringá, deixar de registrar, embora como já disse, votando favoravelmente, o posicionamento de estranheza, por denominar-se esta Fundação de João Ribeiro Júnior, já que esta mesma Casa de Leis, a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, votou e lutou juntamente com o autor da lei que criou o IAPAR, que foi o ex-Deputado, também já falecido, Deputado Sílvio Barros.

Portanto, se a homenagem é justa, pelo trabalho posterior de angariar recursos, em favor da efetiva implantação do IAPAR no Paraná, especificamente em Londrina, não poderia, ao encaminhar a votação, deixar de fazer o registro, porque esta Casa, ficaria numa situação quase que, de esquecimento ao grande Deputado que foi Sílvio Barros, e sua participação, sua idéia, a origem do Instituto Agronômico do Paraná ter nascido da inteligência e da capacidade daquele grande homem público, hoje já falecido.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Continua em votação.

O SR. FUAD NACLI — (Para encaminhar a votação) Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Queremos agradecer às bancadas da Arena e do MDB pelo apoio que me deram a este projeto. Também dizer aos nobres Srs. Deputados que esse projeto deveria ser apresentado antes das eleições. Mas, como se visava homenagear uma pessoa que pertencia à Comarca de Londrina e também dizer quem foi João Ribeiro Júnior: foi Prefeito, Secretário, Presidente da Junta. Por isso, aguardamos uma oportunidade para apresentá-lo, embora soubéssemos perfeitamente do trabalho do ex-Deputado Sílvio Barros.

Deixamos de falar, mas tínhamos assumido compromisso com o nobre Deputado Antônio Facci, que numa próxima oportunidade deveríamos prestar uma homenagem também a esse homem que muito fez pelo Paraná, especialmente Maringá e toda a região.

Devemos dizer que o IAPAR de Londrina foi um dos grandes trabalhos de Sílvio Barros. Queremos reconhecer isso e deixar aqui registrado nesta Casa de Leis.

Não podemos deixar de dizer que já temos um trabalho feito, juntamente com outros Srs. Deputados, para que, dentro de poucos dias, denominemos de Sílvio Barros a estrada que liga Maringá a Santo Inácio. Mas, gostaria que esse projeto fosse de autoria de um ilustre Deputado da cidade de Maringá, porque ficaria satisfeito prestando uma homenagem a um ex-Colega nosso, a um ex-Deputado que muito fez pelo Paraná.

Era isso que gostaria de dizer neste encaminhamento de votação.

Obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Continua em votação.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — (Para encaminhar a votação) Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O projeto de iniciativa do nobre Deputado Fuad Nacli, é do tipo de matéria que qualquer político paranaense se honraria em ser o autor.

Conhecedor não só da vida política de João Ribeiro Júnior, mas conhecedor de toda sua vida como pai de família, como um dos maiores administradores que o Paraná teve na sua época mais difícil, que pertenceu a um grupo político do Paraná que, posteriormente, ao início da Revolução, viu inúmeros de seus companheiros tombarem, até mesmo com cassação de mandato. E nunca, jamais, em momento algum, o Brasil inteiro deixou de respeitar a figura de João Batista Ribeiro Júnior.

Disse, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que esse é o tipo de projeto que muitos Deputados desejassem ser autor. Eu, particularmente, sou um deles.

Já não o fiz, nobre Deputado Fuad Nacli, embora entendesse, conhecesse "pari passu" tudo quanto João Ribeiro Júnior fez pela agricultura do Paraná, pela cafeicultura e, muito particularmente na instalação dessa fundação que hoje, receberá seu nome.

Quero, neste momento, dizer do quanto me sinto orgulhoso de ver o nome de João Ribeiro Júnior, meu tio, a ser homenageado, e acima de tudo, porque não sou o segundo político da família. Sou o quarto Deputado da família.

Mas, João Ribeiro Júnior, Deputado Estadual, Federal, Secretário da Fazenda, Secretário da Agricultura, um dos grandes líderes do Paraná e dos grandes líderes do Brasil, foi João Ribeiro Júnior o meu grande mestre político. Sinto hoje, uma lacuna, porque os meus passos, o meu aprendizado, tudo quanto de bom eu aprendi na vida pública, veio de João Ribeiro Júnior; quando, em momentos difíceis eu precisava de boas orientações, ia buscá-la naquele grande conselheiro e grande mestre da vida pública, João Ribeiro Júnior.

Hoje, fazemos nesta homenagem através deste projeto,

um pequeno dos muitos que deveremos fazer, reconhecimento a este homem público do Paraná e o fazemos quase já como uma homenagem póstuma, porque ele é falecido, mas João Ribeiro Júnior haverá de, como hoje, receber muitas vezes, deste Parlamento, reconhecidamente através de homens públicos como Fuad Nacli, que pertenceu também à época, como eu disse, à época de João Ribeiro Júnior, uma das épocas mais difíceis da atividade pública e política do nosso Estado, e que soube, de perto, ver o quão difícil era aquela época, atravessar imaculado como fez João Ribeiro Júnior, na política do Paraná.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Em votação o artigo 1.º.

O SR. PALÁCIOS — (Para encaminhar) Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Inicialmente, desejo cumprimentar o Deputado Fuad Nacli, pela felicidade, propriedade, e pela importância que deu a esse projeto, que procura denominar o Instituto Agrônomo do Paraná, de Doutor João Ribeiro Júnior.

Como foi dito pelo Deputado Quielse Crisóstomo, o Dr. João Ribeiro Júnior, foi homem que deixou grandes exemplos ao Paraná, não só no Paraná, mas marcadamente no Norte Pioneiro, homem que procurou e conseguiu deixar marcada a sua passagem como homem público, quer como Deputado Estadual, quer como Deputado Federal, quer como Secretário da Agricultura, quer como Secretário da Fazenda, homem de quem venho dar o meu testemunho porque me lembro do seu trabalho que acompanhei sempre de perto; isto porque, ainda nos tempos de lides universitárias, quando éramos Presidente da União Paranaense dos Estudantes, como Secretário da Fazenda e também como Secretário da Agricultura do Estado do Paraná, procurava sempre dar o meu apoio também à classe universitária do Paraná.

Assim sendo, não poderia permanecer calado neste instante, sem dar o meu apoio total para que se faça justiça àqueles homens que deixaram sua marca, que muito contribuíram e que praticamente deram toda a sua vida e o seu trabalho pela obra pública do Paraná.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Para encaminhar) Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não poderia, evidentemente, também deixar em meu nome pessoal aqui, o testemunho de quanto João Ribeiro Júnior representou para o Paraná. Não vou falar do Deputado Estadual, não vou falar do Secretário, tantas e tantas vezes Secretário, não vou falar do homem da Junta do IBC, não vou falar nada disso, mas vou falar sobre o político, aquele companheiro do PSD, desbravador de cidades, como foi João Ribeiro. Realmente, esta homenagem que o Deputado Fuad Nacli deseja prestar através de um projeto de lei a João Ribeiro Júnior, é a maior justiça que esse Poder Legislativo faz ao homem público que enalteceu esse Poder e que abrilhantou diversos governos, com sua presença em altos cargos de comando.

E que, como a vida sempre foi, deixou a nossa companhia e o seu falecimento deixou uma lacuna no mundo político do Paraná.

Esta homenagem que o Poder Legislativo presta hoje a João Ribeiro Júnior, é das mais justas, e quero congratular-me e parabenizar-me com o nobre Deputado Fuad Nacli, que teve a feliz idéia de denominar o Centro Agrônomo do Paraná, de João Ribeiro Júnior, porque foi realmente a criação desse homem que tanto fez pela agricultura do Paraná, que tanto fez pelo Brasil, em congressos internacionais, onde ele representou de maneira digna e eficiente o nosso País, principalmente nas reuniões de acordos internacionais de café.

Todos lembram, todos sabem que naquela época o café

era realmente o produto básico da exportação brasileira, e João Ribeiro, com o conhecimento de causa que tinha, com a honestidade de propósitos, com o brilhantismo que sempre o acompanhou como homem público, obteve acordos de grande valia para a economia brasileira.

Por essa razão, Sr. Presidente, quero associar-me a essa homenagem, dando o meu voto ao projeto de autoria do nobre Deputado Fuad Nacli. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Em votação.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado João Elísio.

O SR. JOÃO ELÍSIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quero, primeiramente, congratular-me com o Deputado Fuad Nacli, pela sua iniciativa de dar ao Instituto Agrônomo do Paraná o nome do Dr. João Ribeiro Júnior, e além de ressaltar os cargos em que ele esteve se mantendo no Paraná, gostaria de ressaltar a forma e maneira como o Dr. João Ribeiro sempre defendeu o nosso Estado, como sempre defendeu o nosso produto rei que é o café, e desta maneira, acho que nós deveríamos nos basear da forma e da maneira como ele defendia o Paraná, eu que o acompanhei por laços de amizade, a ele e à sua família, quero dar o meu voto a favor dessa iniciativa do Deputado Fuad Nacli. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Em votação o Projeto de Lei nº 03/79. - **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 23/79, de autoria do Deputado AUGUSTO CARNEIRO, que declara de utilidade pública a Associação das Senhoras de Rotarianos de Engenheiro Beltrão, com sede e foro na cidade do mesmo nome. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

O SR. ADALBERTO DAROS — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Adalberto Daros.

O SR. ADALBERTO DAROS — Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa defere.

Os Srs. Deputados que aprovam o Projeto de Lei nº 23/79, queiram levantar-se. (Pausa) Os Srs. Deputados que o rejeitam, queiram levantar-se. (Pausa). 35 Srs. Deputados aprovam; nenhum rejeita. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 12/79, de autoria da Comissão Executiva, que altera denominação do Gabinete de Assistência Técnica. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. - **Aprovado, artigo por artigo.**

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, com o apoio do Deputado Aguinaldo Pereira Lima, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Joaquina Pinheiro de Lara, ocorrido na cidade de Joaquim Távora. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Mansur, constante do expediente, solicitando regime de urgência ao Projeto de Lei nº 63/79. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de que se digne determinar a pavimentação do trecho que liga o Município de Santa Helena a Mal. Cândido Rondon. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Superintendente Regional da Rede Ferroviária Federal S/A, com sede nesta capital, encarecendo providências para concretizar a ligação Maringá - Paranavaí com o Porto São José. — **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, consubstanciado em

pedido de informações, com relação ao segmento rodoviário Paranavaí - Planaltina do Paraná. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à cidade de Antonina, pela eleição da Senhorita Marize Querino, Miss Paraná 1979. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edilson Alencar, lido da tribuna, solicitando o envio de sugestão a diversas autoridades federais e estaduais, no sentido da participação dos municípios que terão área inundada, na produção energética de Itaipu. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando o envio de expediente ao sr. Secretário dos Transportes, visando a pavimentação da estrada que liga o Município de Palotina a Francisco Alves. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, para determinar a construção de uma ponte sobre o Rio Santana, na divisa dos Municípios de Verê e Itapejara D'Oeste. — Em discussão.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA - Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Para discutir, concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O nobre Deputado Nilso Sguarezi faz por escrito solicitação que já foi feita em termos administrativos, pelo Prefeito de Itapejara D'Oeste, Professor Rui Dalmolin, diretamente ao Distrito Rodoviário do DER, da região sediada em Pato Branco.

Sua Excelência o Prefeito Municipal de Itapejara D'Oeste, já fez a devida comunicação, e ainda hoje estive na Secretaria de Transportes, em conversa com o seu digno titular, Engenheiro Nivaldo de Almeida Neto, e seu Diretor Geral, Dr. Pedro Demeterco, que me garantiram que tomarão providências imediatas para a solução desse angustiante problema da estrada que liga o Município de Itapejara a Verê, e Verê a Dois Vizinhos.

Voto favoravelmente, apesar deste requerimento "chover no molhado", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Em votação. **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Bufara, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando voto de congratulações pela posse do Bacharel Cleverson Marinho Teixeira, no cargo de Superintendente Regional do INPS em nosso Estado. - **Aprovado** — Ao Departamento Legislativo.

Registramos, com satisfação, a presença em nosso plenário, do Vereador Salim Mattar, Líder da ARENA em Cambará.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 23, quarta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 45/79.

3ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nºs 03 e 23/79, e do Projeto de Resolução nº 12/79.

1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nºs 25, 32 e 38/79.

Levanta-se a Sessão.